



“O rural depois do fogo”

Livro de Resumos



VII Congresso de Estudos Rurais

Escola Superior Agrária de Coimbra

23-24/março/2018

Orlando Simões, Inês Leitão (coord.)

VII Congresso de Estudos Rurais: “O rural depois do fogo”
Escola Superior Agrária, Coimbra, 23-24/março/2018

Apresentação	2
Comissão organizadora	3
Comissão científica.....	3
Sessões plenárias	4
Sessão inaugural.....	4
Conferências.....	4
Mesa redonda	5
sessões paralelas	6
Tema 1. O ordenamento do território e os impactes económicos, sociais e ambientais do fogo	6
Tema 2. O fogo e a gestão do espaço rural.....	16
Tema 3. O rural depois do fogo: utopias e desafios.....	25

APRESENTAÇÃO

O VII Congresso de Estudos Rurais, subordinado ao tema “*O rural depois do fogo*”, é uma organização conjunta da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e do Centro de Estudos de Recurso Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS).

Depois dos grandes incêndios que assolaram a região Centro de Portugal no verão de 2017, pretende-se proceder a uma análise e discussão sobre as principais causas dos grandes incêndios rurais, os seus impactes sociais, económicos e ambientais, formas de os mitigar e controlar, tendo em vista uma melhor gestão dos espaços rurais, mais sustentável e com maior coesão social e territorial.

Para além de convidados de reputado mérito nacional, o Congresso mobilizou um conjunto vasto de estudantes, técnicos, investigadores, gestores e decisores institucionais que irão apresentar e discutir um conjunto alargado de comunicações, cujos resumos se apresentam neste livro.

Os resumos foram inicialmente propostos e enquadrados em seis temas, a saber: ordenamento do território e prevenção de fogos rurais; os impactes do fogo sobre os recursos naturais; fogos rurais, impactes sociais e económicos; a gestão do espaço rural, políticas públicas e serviços ambientais; os fogos rurais e incêndios florestais sob diferentes olhares; por um rural pós-incêndios, utopias e desafios. Posteriormente, face às propostas apresentadas e tal como se encontram reunidos neste livro, os resumos foram reagrupado em três temas gerais: tema 1 - O ordenamento do território e os impactes económicos, sociais e ambientais do fogo; tema 2 - o fogo e a gestão dos espaços rurais; tema 3 - o rural depois do fogo, utopias e desafios.

Coimbra, 16 de março de 2018

Orlando Simões

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anita Neves (CERNAS) – anita.neves@esac.pt

Inês Amorim Leitão (CERNAS) – ines.leitao@esac.pt

Isabel Dinis (ESA/IPC) – idinis@esac.pt

Joana Nogueira (ESA/IPVC) – joananogueira@esa.ipvc.pt

Joaquim Sande Silva (ESA/IPC) – jss@esac.pt

Luís Moreno (IGOT/UL) – luis.moreno@igot.ul.pt

Orlando Simões (ESA/IPC) – orlando@esac.pt

Pedro Bingre do Amaral (ESA/IPC) – bingre@esac.pt

COMISSÃO CIENTÍFICA

António Covas (UAlg.) – acovas@ualg.pt

António Dinis Ferreira (ESAC/IPC) – aferreira@esac.pt

Artur Cristóvão (CETRAD/UTAD) – acristov@utad.pt

Elisabete Figueiredo (UA) – elisa@ua.pt

Elisabeth Kastenholz (UA) - elisabethk@ua.pt

Isabel Dinis (ESAC/IPC) – idinis@esac.pt

Isabel Rodrigo (ISA/UL) – isarodrigo@isa.ulisboa.pt

Joaquim Cabral Rolo (INIAV) – joaquim.rol@iniav.pt

Joaquim Sande Silva (ESAC/IPC) – jss@esac.pt

Lívia Madureira (CETRAD/UTAD) – lmadurei@utad.pt

Luciano Lourenço (FL/UC) – luciano@uc.pt

Luís Moreno (IGOT/UL) – luis.moreno@igot.ul.pt

Orlando Rodrigues (ESA/IPB) – orlando@ipb.pt

Orlando Simões (ESAC/IPC) – orlando@esac.pt

Pedro Hespanha (CES/UC) – hespanha@fe.uc.pt

SESSÕES PLENÁRIAS

Sessão inaugural

O rural e a floresta: percursos e desacertos

Baptista, Fernando de Oliveira. Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa.

Resumo

Na abordagem deste tema vão considerar-se três momentos. O primeiro, sobre a constituição da floresta e as suas relações com a população agrícola. Depois, a dissociação resultante das transformações tecnológicas da agricultura e das mudanças nas economias da população rural. Por último, o terceiro momento reparte-se entre as apresentações da floresta, como uma realidade social e económica, e do rural, para além da constatação da baixa densidade.

Conferências

Porque existem grandes incêndios em Portugal?

Viegas, Domingos Xavier. FCTUC / Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais.

Resumo

Os grandes incêndios florestais são naturalmente os que causam a maior preocupação para as entidades operacionais e para o público, pelo seu impacto e gravidade potencial. Os grandes incêndios são responsáveis por cerca de 90% da área ardida em cada ano e verifica-se que a dimensão dos grandes incêndios tem vindo a aumentar nos últimos anos. A ocorrência de grandes incêndios é devida a um conjunto de fatores, sendo em geral as condições meteorológicas, as mais importantes e determinantes. Com base no estudo desenvolvido pela equipa do CEIF, sobre alguns dos maiores incêndios ocorridos em Portugal, nomeadamente os de Tavira (2012), Alfandega da Fé e Caramulo (2013), Pedrógão Grande e Lousã (2017), serão formuladas algumas respostas à questão colocada.

As catástrofes e as grandes reformas da política de prevenção e combate aos incêndios florestais

Lourenço, Luciano. FLUC – Departamento de Geografia.

Resumo

Como noutras áreas, as grandes reformas estruturais da política de prevenção e combate aos incêndios florestais são reativas a crises violentas que abalam a sociedade. Foi assim com os fogos de finais dos anos 70 do século passado, com as medidas legislativas publicadas no início dos anos 80, voltadas para o combate ao fogo; foi assim, depois do verão de 2003, com novas medidas destinadas sobretudo à prevenção. Porque precisamos agora de uma nova reforma estrutural?

Instalação de um Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais em Portugal

Oliveira, Tiago Martins. EMFR - Estrutura de Missão para os Fogos Rurais

Resumo

Com o objetivo de promover alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais foi criada, em outubro de 2017, uma Estrutura de Missão para a Instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Nesta comunicação pretende-se apresentar o trabalho já desenvolvido, bem como identificar os próximos passos na consolidação desta tarefa.

Mesa redonda

O rural depois do fogo

Silva, Joaquim Sande. IPC – ESAC. Centro de Ecologia Aplicada;

Covas, António. Universidade do Algarve;

Amândio Torres (em representação do coordenador da UMVI, João Catarino)

Lavos, Cristiana (CPPN)

Dias, José Paulo (DRAPC)

Amaral, Pedro Bingre. IPC – ESAC.

Resumo

Por entre o possível e o desejado, o que pode e deve realmente mudar no rural depois do fogo?

- Alterações fundiárias na estrutura da floresta?
- Uma maior coesão territorial e social do país?
- Um novo sistema de prevenção e combate aos fogos rurais?
- A utilização de novas ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento dos territórios?
- Uma maior participação das populações locais?
- Mudar a governança, os hábitos e as atitudes de diferentes grupos sociais face à floresta?

Estas e muitas outras questões pertinentes serão temas para debate entre os oradores convidados e os participantes no plenário do VII CER.

SESSÕES PARALELAS

Tema 1. O ordenamento do território e os impactes económicos, sociais e ambientais do fogo

Indicadores alternativos ao Produto Interno Bruto para medição do impacte económico dos incêndios na Região Centro

Dinis, Isabel. IPC – ESAC. idinis@esac.pt

Resumo

O Produto Interno Bruto (PIB) tem sido o principal indicador usado na avaliação do desempenho económico e na análise política em todos os países. Contudo, é atualmente consensual que não reflete necessariamente o bem-estar social e que a sua evolução ao longo do tempo não permite avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que apenas tem em consideração as atividades económicas de mercado, ou seja, aquelas a que podem ser atribuídos preços. Em resultado, uma vasta gama de bens e serviços, nos quais se incluem grande parte dos serviços de ecossistema, é omitida. Além disso, o Sistema Nacional de Contas clássico apenas integra a depreciação do capital físico, ignorando a depreciação do capital natural. Enquanto, por exemplo, o valor da madeira comercializada é incluído nas contas nacionais, o conseqüente esgotamento dos ativos florestais que lhe deram origem não é. Por outro lado, são contabilizadas no PIB atividades que reduzem o bem-estar, como por exemplo as atividades resultantes de acidentes ou catástrofes, tais como atividades de reparação de danos, seguros, despesas médicas, custos de transação, etc. Numa visão cínica, poderá mesmo concluir-se que, por exemplo, os incêndios florestais são positivos para a economia uma vez que incrementam a procura de bens e serviços destinados ao seu combate e à posterior reconstrução das áreas afetadas. O objetivo do PIB é medir a criação de riqueza, a qual pode ocorrer ao mesmo tempo que diminui o stock dessa mesma riqueza. No presente trabalho, através de análise documental, identificam-se e quantificam-se indicadores alternativos ao PIB que dão uma visão mais clara do impacte dos incêndios florestais na Região Centro nos últimos anos.

Palavras-chave

Fogos Florestais; Região Centro; Avaliação ambiental; Indicadores de sustentabilidade

Impactes do fogo em empreendimentos turísticos no espaço rural: Uma análise exploratória na Região Centro de Portugal

Cruz, Cristina. IPC – ESAC. cristinapfcruz@gmail.com

Simões, Orlando. IPC – ESAC – CERNAS. orlando@esac.pt

Dinis, Isabel. IPC – ESAC. idinis@esac.pt

Teodoro, Ana. IPC – ESAC. afileteodoro@gmail.com

Resumo

O património rural e natural, seja material ou imaterial, é o recurso turístico mais importante que os territórios de baixa densidade têm para oferecer, desde que enquadrado numa oferta turística estruturada e organizada. Porém, os incêndios rurais constituem um rude golpe na vitalidade deste património: destrói a paisagem, degrada os recursos naturais, desorganiza a vida social, perturba as heranças e as identidades das populações locais. Do lado de quem visita, o impacto imediato é desolador. A motivação de ver o que realmente aconteceu, rapidamente se esbate num sentimento de catástrofe. O verão de 2017 foi particularmente crítico no que diz respeito aos fogos rurais, tendo ardido mais de meio milhão de ha, a maior área ardida desde que há registos e com particular incidência na região centro do país. É neste contexto que se procurou indagar dos impactes reais dos grandes fogos na atividade dos empreendimentos turísticos na região centro de Portugal. Para isso tomou-se uma amostra de alojamentos de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação (TH) da região, tendo-se inquirido os responsáveis sobre o risco e os efeitos causados pelo fogo, impactes no ambiente próximo ao alojamento, bem como na atividade empresarial pós incêndios.

Palavras-chave

Fogos Rurais; Incêndios Florestais; Turismo no espaço rural; Paisagem Rural

Fogo e turismo: a perspetiva dos operadores turísticos

Pereira, Vítor. IPC – ESAC. vitor.pereira56@gmail.com

Proença, Sara. IPC – ESAC – CERNAS. sproenca@esac.pt

Simões, Orlando. IPC – ESAC – CERNAS. orlando@esac.pt

Resumo

Nas últimas décadas verificaram-se profundas alterações nos territórios do interior do país, afastados do litoral e longe dos principais centros urbanos. O êxodo rural e a perda de importância económica e social do setor agrícola criaram os territórios hoje caracterizados pela baixa densidade populacional, pela exploração extensiva do solo e dos recursos naturais. Face a estas alterações e face ao aparecimento de novas procuras urbanas, foram surgindo novos produtos turísticos assentes em recursos mais ligados à natureza e ao património natural, às práticas culturais da sociedade rural e, genericamente, a todo o património material e imaterial de âmbito rural. É neste contexto que várias agências de viagens e operadores turísticos estenderam a sua atividade a regiões e a territórios até há pouco tempo arredados dos principais circuitos turísticos nacionais. Além disso, proliferaram empreendimentos classificados de turismo em espaço rural (TER), turismo de habitação (TH) e turismo de natureza (TN), para além de inúmeras empresas de animação turística e de outras atividades de lazer em espaço rural, natural ou florestal, promovidas por associações e diversos clubes de natureza cultural, desportiva e recreativa. O ano de 2017 foi particularmente severo em termos de fogos florestais, com consequências dramáticas para algumas atividades económicas na região centro de Portugal. De entre estas atividades, o turismo é particularmente afetado a vários níveis: pela degradação da imagem do destino, pelo aumento da perceção do risco associado à viagem, pela afetação direta dos empreendimentos turísticos, pela delapidação dos recursos naturais, etc. Face a esta realidade, propõe-se uma reflexão sobre as estratégias dos operadores turísticos que atuam nestas regiões e as circunstâncias em que operam, nomeadamente: sobre a regulamentação e normalização das condições de segurança dos turistas na fruição do espaço rural e natural; sobre boas práticas no cumprimento desta mesma regulamentação; a obrigatoriedade (ou não) de formação específica para os operadores e guias turísticos legalmente autorizados; questões ligadas ao ensino e formação profissional sobre segurança, particularmente nas especialidades ligadas às atividades de ar livre.

Palavras-chave

Turismo no espaço rural; Operadores turísticos; Risco de incêndio; Segurança no turismo

O Papel do Ordenamento do Território na Prevenção dos Incêndios Rurais

Raposo Magalhães, Manuela/LEAF/ISA/ULisboa/mmrmm@tecnico.ulisboa.pt

Resumo

O presente é resultado das decisões tomadas no passado, do mesmo modo que, qualquer decisão tomada hoje, em matéria de Ordenamento do Território, terá reflexos num longo futuro. A paisagem atual resulta de ações que se podem ir buscar ao séc. XIX, no pós-Revolução Liberal e tem inscritos o conhecimento e as tecnologias disponíveis em cada época e a evolução dos modos de pensar. Os incêndios de 2017 podem constituir a oportunidade para se iniciar a alteração profunda e estrutural da paisagem, atualmente caracterizada pela dominância do eucalipto e do pinheiro bravo, aldeias despovoadas e edificação dispersa. Isso só será possível com a mudança da cultura dominante existente nesta matéria e a formulação de um modelo diferente de ordenamento da paisagem, que integre todas as atividades (conservação da natureza, floresta, agricultura, pastagem, edificação e infraestruturas) com os objetivos da sustentabilidade ecológica e da sustentabilidade económica e social. Esta comunicação, para além de sintetizar o que foram as alterações da ocupação do solo, relativamente aos dois grandes tipos de paisagem Portuguesa (paisagem compartimentada e paisagem da árvore dispersa), propõe um modelo de ocupação no qual as folhosas autóctones e tradicionais, a agricultura, a pastagem e as redes de infraestruturas, localizadas em situações ecológicas preferenciais, têm um papel relevante na prevenção dos incêndios rurais e na sustentabilidade ecológica da paisagem. A falta de consistência nas figuras de planeamento em vigor será comentada. As consequências daquele modelo na economia e na fixação de pessoas no espaço rural, terão que ser avaliadas como modo de sustentação da ideia. A sua divulgação, bem como a organização da sociedade civil, como modo de alteração da decisão política serão afluídas.

Palavras-chave

Ordenamento do Território, sustentabilidade ecológica, incêndios rurais

A gestão, o abandono e o fogo no espaço rural: Influência das políticas de solo e de ordenamento sobre os fogos florestais

Amaral, Pedro Bingre. IPC – ESAC. bingre@esac.pt

Resumo

Após o armistício que pôs fim à Segunda Guerra Mundial, nos espaços rurais dos países industrializados fizeram-se com particular intensidade os efeitos da “revolução verde” que o conflito interrompera. Os adubos sintéticos, os pesticidas, as cultivares geneticamente melhoradas e a nova maquinaria pesada permitiram ao sector primário aumentar a produção unidade de área ao mesmo tempo que dispensou mão-de-obra, precisamente quando aumentava a procura desta última pelos sectores secundário e terciário. Por consequência, completou-se o êxodo rural iniciado no século XIX, assistindo-se à transferência de população dos pequenos aglomerados rurais para as cidades. A partir da década de 1960 um dos efeitos colaterais deste processo foi a chamada “transição florestal”: a generalidade das nações desenvolvidas assiste à expansão dos seus bosques, refletindo o aproveitamento silvícola dado aos terrenos marginais (esqueléticos, inférteis, &c) que a agricultura, entretanto dispensara. Em Portugal, contudo, observa-se uma evolução notavelmente distinta: caso único entre os países ocidentais mais próximos, nele à contração da agricultura não se sucede a expansão da silvicultura, mas apenas o abandono da terra (36 % da área terrestre portuguesa encontra-se sem aproveitamento e nem sequer recebe gestão preventiva contra fogos). Neste trabalho procuraremos apurar as causas de tal exceção à tendência geral, analisando em especial as variáveis políticas que podem explicar tal efeito.

Palavras-chave

Ordenamento; Transição florestal; Políticas de solos; Fiscalidade; Direitos reais; Direito sucessório.

Património florestal: desafios e oportunidades no contexto de uma nova gestão territorial

Carvalho, Paulo. CEGOT – Universidade de Coimbra. paulo.carvalho@fl.uc.pt

Alves, Luiz. CEGOT – Universidade de Coimbra. luizalves90@hotmail.com

Resumo

Diversos documentos orientadores e normativos, com génese em instituições de referência nacional e internacional, preconizam a floresta como um sistema integrado de recursos a que correspondem múltiplos usos e funções. A produção de bens de consumo, quer para a fileira da indústria do mobiliário, transformação de madeiras, pasta do papel, cosmética, quer para a alimentação humana (frutos silvestres, cogumelos, mel, espécies cinegéticas), os serviços ambientais (como o fornecimento de oxigénio, água, energia “verde”) e as utilizações lúdicas e turísticas (designadamente atividades de baixas ou nulas emissões de carbono) são apenas alguns exemplos da complexidade e extrema importância dos ecossistemas florestais para a vida na Terra. É neste contexto que se justifica explicitar o conceito de património florestal e a sua relevância estratégica para a gestão territorial do século XXI, aqui entendido segundo uma perspectiva integrada e dinâmica, na amplitude da dimensão natural (biótica), com destaque para o arvoredo de interesse público, às expressões culturais materiais como são, por exemplo, as antigas casas para a guarda-florestal, os fontanários, os tanques e outras obras arquitetónicas que acompanharam a (re)florestação em diversas regiões do país. O progressivo “desmantelamento” dos Serviços Florestais, a redução da atividade florestal in loco, o abandono e degradação do património florestal, são factos que suscitam preocupações e incertezas quanto ao futuro dos espaços florestais sob tutela total ou parcial do Estado, embora se reconheça o seu valor estratégico, quer para ações de reflorestação em áreas “devolutas”, quer para atividades de lazer, turismo, educação ambiental nos exemplos ainda relevantes de manchas (apesar de cada vez mais residuais) de valor patrimonial (com ou sem estatuto de proteção/classificação), como acontece com os casos de estudo (centrados na Cordilheira Central Portuguesa) que apresentaremos na parte empírica da nossa comunicação.

Palavras-chave

Património Florestal; Gestão Territorial; Cordilheira Central

Estudo da dinâmica de uma paisagem rural e da ameaça do fogo: estudo de caso no município de Sátão

Fidalgo, Beatriz. IPC – ESAC. bfidalgo@esac.pt

Bento, Nuno. Câmara Municipal de Sátão. nunobento@hotmail.com

Salas, Raul. IPC – ESAC. rsalas@esac.pt

Resumo

A resiliência de uma paisagem cultural é considerada por muitos autores como a capacidade de adaptação e transformação de uma população e das suas atividades (ou seja, do uso do solo e dos seus ecossistemas), às mudanças graduais ou aos choques súbitos provocados por distúrbios como os fogos rurais. Neste enquadramento o planeamento e gestão da paisagem tem como objetivo aumentar a capacidade da paisagem se adaptar à ocorrência de distúrbios sem perder a sua capacidade de continuar a responder à procura de bens e serviços da sociedade e evitando possíveis pontos de rutura no futuro. Neste trabalho explora-se uma abordagem metodológica baseada no estudo da dinâmica da paisagem rural e o possível efeito dos fogos rurais para identificar um conjunto de atributos que possam ser utilizados para avaliar a resiliência das paisagens florestais face ao fenómeno cada vez mais frequente dos fogos rurais. Para o desenvolver, recorre-se a um estudo de caso, desenvolvido no Município de Sátão, caracterizado por uma baixa incidência de fogos rurais. Estuda-se a dinâmica de alteração de uso do solo na área de estudo num período de 20 anos, e também as dinâmicas de alteração de uso do solo nos grandes incêndios florestais que ocorreram na área de estudo no mesmo período. Em seguida identificam-se as alterações de uso relacionadas com a alteração da resiliência e as forças de mudança que lhe estão associadas e elabora-se uma estratégia de ação para aumentar a resiliência estrutural da paisagem. Com base nos resultados deste trabalho, discutem-se as vantagens do planeamento e gestão da paisagem florestal ao nível municipal.

Palavras-chave

Paisagem cultural; Resiliência; Fogo rural; Sátão

De território e paisagem - Espaço rural, processos de aprendizagem e fluxos de informação: entre abstrato e concreto

Mesquita, Mário. FA – UP. mmesquita@arq.up.pt

Resumo

A condição periférica ultrapassa a materialidade da distância física e afirma-se, independentemente do lugar, como um estado de vida, uma exclusão (mesmo nos centros urbanos) e é indexável à desestruturação do território e ao menosprezo pela paisagem. Quando falamos de território e de paisagem não abordamos conceitos semelhantes. Território, significando a paisagem transformada/apropriada/manipulada pela humanidade, nela se insere, e, como apenas parte (ainda que de substancial/substantiva importância para o quotidiano), é nele que se operam as principais regulações/equilíbrios de ordenamento/desenvolvimento, mas também os desleixos da ação humana para com a natureza. Em Portugal, o último país rural da “Europa ocidental”, muitos territórios foram abandonados, deixando marcas impressivas de desolação na paisagem. As alterações da exploração das terras, cada vez mais intensivas e as dinâmicas de litorização resultantes da falência do modelo social de ocupação do território, mas também da busca de oportunidades de rendimento e de ascensão social/económica/financeira das suas populações, contribuíram para esta situação. Como nunca houve a preocupação do planeamento/contemporização da paisagem como um todo unitário onde cheios/vazios, terreno agrícola/florestal, assentamentos dispersos/concentrados, fossem encarados/equacionados como um objeto de intervenção coeso, estamos perante uma situação que vai demorar a ser resolvida. É uma questão cultural, de mentalidades que urge encarar, onde aprendizagens e fluxos de informação devem ultrapassar as barreiras do abstrato e ajudar a resolver, no concreto, o lamentoso quadro de desregulação e destruição. Portugal é um país pequeno, fisicamente. Contudo, de distâncias enormes, muito além das relações entre várias latitudes e longitudes: são distâncias abissais na educação/formação/transformação das mentalidades/renovação de valores culturais. A presente comunicação visa contribuir para refletir sobre esta problemática, entre aprendizagem e informação, tendo como retaguarda a diferença conceptual entre paisagem e território, abstração e concreto, a propósito da problemática do espaço rural, seu ordenamento, e da urgência da ação de prevenção dos fogos.

Palavras-chave

Paisagem; Território; Ordenamento; Espaço Rural; Fogos

Do fogo à desertificação: degradação dos ecossistemas florestais

Leitão, Inês. IPC – ESAC – CERNAS. ines.leitao@esac.pt

Ferreira, Carla. IPC – ESAC – CERNAS. cferreira@esac.pt

Boulet, Anne-Karine. IPC – ESAC – CERNAS. anne.karine@esac.pt

António Dinis Ferreira. IPC – ESAC – CERNAS. aferreira@esac.pt

Resumo

Num contexto de mudanças globais, tem-se assistido no último meio século a um cenário de maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, com um aumento na sua frequência e intensidade, e de maior dificuldade na sua extinção. Os incêndios induzem a degradação dos ecossistemas através, nomeadamente, da alteração da estrutura vegetal dos povoamentos, mudanças dos regimes hidrológicos, aumento da erosão e perda de nutrientes. O presente trabalho tem como objetivo avaliar os impactes dos incêndios florestais em povoamentos de eucalipto e pinhal, especificamente no que respeita (1) à perda de serviços dos ecossistemas, e (2) alterações nos ciclos biogeoquímicos. A quantificação dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente dos serviços produção, de suporte e culturais, foi realizada para florestas de eucalipto, florestas de pinheiro e áreas florestais ardidas, utilizando a matriz de Burkhard et al. (2014). Os impactes nos ciclos biogeoquímicos foram avaliados através da instalação e monitorização de parcelas em florestas de eucalipto e florestas de pinheiro na Serra do Caramulo. Sendo o ciclo de nutrientes um dos serviços dos ecossistemas mais afetados pelos incêndios florestais, ao longo de um ano foi quantificada a perda de nutrientes (N-NO₃, SO₄, Cl, Ca, Mg, K, Na) associada aos processos de volatilização, transporte de cinzas e de sedimentos erodidos. Os incêndios promovem um decréscimo de 95% dos serviços dos ecossistemas prestados pelas áreas florestais, sendo este mais significativo nos serviços de regulação. Os resultados de campo revelam uma perda de 70% da capacidade de retenção de nutrientes nas áreas florestais ardidas. A elevada perda de nutrientes decorrente dos incêndios florestais poderá comprometer a recuperação dos ecossistemas afetados, podendo conduzir à desertificação do solo em locais afetados por incêndios recorrentes. Assim, é importante refletir sobre os meios de prevenção de incêndios e/ou implementar medidas de remediação nas áreas queimadas, de modo a garantir a sustentabilidade dos ecossistemas florestais.

Palavras-chave

Incêndios florestais; Serviços dos Ecossistemas; Ciclos biogeoquímicos; Perda de nutrientes

Pastores, pastoreio e risco de incêndio: aliados, cúmplices ou concorrentes?

Castro, Marina. CIMO – IPB. marina.castro@ipb.pt

Fernández-Núñez, Esther. Universidade de Santiago de Compostela. esfernu@gmail.com

Torres-Manso, Filipa. UTAD – CETRAD. ftorres@utad.pt

Resumo

As estatísticas dos incêndios florestais revelam que ao longo dos últimos 36 anos, Portugal foi o único entre os países do sul da Europa que não conseguiu reduzir significativamente a média anual da área ardida. Os trágicos incêndios de 2017, mais uma vez, revelaram a extrema vulnerabilidade de Portugal a condições meteorológicas extremas e a premência em encontrar meios eficazes de gestão dos combustíveis. Apesar da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), prever a gestão de combustíveis através do pastoreio, a sua promoção não tem sido efetiva, sendo muitas vezes, mesmo em meios técnicos, vista com desconfiança. A promoção do pastoreio dirigido (consumo de combustíveis) é complexa, a possibilidade de transformar combustíveis em recursos alimentares reclama a integração de conhecimentos multidisciplinares. O tipo de recurso/combustível condiciona o tipo de animal – herbívoro-pastador ou lignívoro – a utilizar; o consumo de combustíveis não palatáveis pressupõe o seu enquadramento como serviço e não como forma produtiva. À parte das questões biológicas, as de natureza social, também colocam desafios significativos, a promoção do pastoreio dirigido dificilmente poderá ocorrer sem a valorização social da atividade silvopastoril e do combate ao estigma que recai ainda hoje sobre os pastores. O objetivo deste trabalho é comparar a aceitabilidade (preferência positiva ou negativa) das espécies arbustivas mais representativas nas dietas de caprinos da raça Serrana no Nordeste de Portugal com a sua inflamabilidade. Os resultados mostraram que, por vezes, palatabilidade e inflamabilidade não variam no mesmo sentido; no caso das ericáceas (*Erica* sp.) e esteva (*Cistus ladanifer*), a inflamabilidade é muito elevada (nível máximo) no verão e o valor de preferência, variou entre espécie recusada a pouco preferida, sugerindo que o consumo de diversas espécies combustíveis não é interessante do ponto de vista produtivo consequentemente a sua remoção deve ser enquadrada como um serviço.

Palavras-chave

Palatabilidade; Inflamabilidade; Combustíveis; Recursos; Caprinos

Tema 2. O fogo e a gestão do espaço rural

Da longa transição da sociedade agrária ao abandono da pequena agricultura pelo poder político europeu e nacional: o drama dos incêndios florestais

Silva, Manuel Carlos. CICS.Nova.UMinho. mcsilva2008@gmail.com

Bica, Carmo. Cooperativa Três Serras. carmo.bica@gmail.com

Soares, Pedro. Centro de Estudos Geográficos – UL. pedro.brsoares@gmail.com

Resumo

O flagelo anual dos incêndios, para além de causas naturais e comportamentos humanos desatentos, criminosos ou patológicos, deve-se à fragilidade das políticas públicas na organização do espaço rural-florestal, na gestão das mudanças do imenso minifúndio florestal e na prevenção estrutural à eclosão e propagação de incêndios. Após longa transição da sociedade agrária para a urbana, a partir dos anos 70 as velhas atividades e funções da floresta (roça do mato, corte de lenhas, pastoreio) diminuíram ou desapareceram e foram em geral substituídas por equivalentes funcionais (fertilizantes químicos, consumo de gás e eletricidade). Para o gradual despovoamento contribuíram a política florestal dos anos 50/60 e o êxodo rural dos anos 60/70; o agravamento do desequilíbrio litoral-interior e a diminuição dos serviços às comunidades; a crescente emigração dos mais jovens por motivos de formação ou profissionais e o envelhecimento do mundo rural; a expansão de monoculturas florestais para as celuloses desde os anos 80 e o abandono e a desvalorização da pequena agricultura graças às políticas da PAC dirigidas, basicamente, para as grandes explorações. Neste novo contexto social, económico e territorial, as razões desta situação quase caótica residem na liberalização obcecada pela racionalidade da ‘economia’ de mercado e suas ‘virtudes’ modernizadoras e, concomitantemente, num desinteresse por políticas públicas de ordenamento e gestão florestais. Perante a recorrente calamidade nacional dos incêndios rurais, que fazer? Várias teses de estudiosos sobre as comunidades rurais evidenciam que as economias e modos de vida específicos das populações rurais permitem concluir que se torna hoje imperativa uma forte intervenção de políticas públicas no espaço rural e na floresta, indicativa mas eficiente, com participação dos produtores e com incentivos à criação de unidades de gestão florestal (associativas, societárias ou cooperativas), eventual emparcelamento ou intervenção em escala e com recurso a fundos nacionais e europeus no quadro do Horizonte 2020.

Palavras-chave

Fogos florestais; Política florestal; Pequena agricultura; Comunidade; Portugal

Integração da gestão pós-fogo nas políticas e nos instrumentos de gestão do território e para o setor florestal: A perspetiva dos agentes nacionais, regionais e locais

Ribeiro, Cristina. CESAM – UA. cristinaribeiro@ua.pt

Valente, Sandra. CESAM – UA. sandra.valente@ua.pt

Coelho, Celeste. CESAM – UA. coelho@ua.pt

Fleskens, Luuk. Soil Physics and Land Management – Universidade de Wageningen. luuk.fleskens@wur.nl

Keizer, Jan Jaco. CESAM – UA. jkeizer@ua.pt

Resumo

Esta comunicação enquadra-se no âmbito de uma investigação de doutoramento desenvolvida no CESAM/Universidade de Aveiro centrada na avaliação da gestão pós-fogo em Portugal. Neste sentido, pretende-se conhecer as visões dos agentes do setor florestal e de outros setores complementares com responsabilidades na gestão pós-fogo, sobre os pressupostos desta gestão, processos em curso, oportunidades e constrangimentos, bem como proposta de soluções para o futuro. Nesta comunicação serão apresentados os resultados referentes à avaliação que os agentes atribuem à importância da gestão pós-fogo nas políticas do setor florestal (Lei de Bases da Política florestal, Estratégia Nacional para as Florestas, Reforma Florestal, Defesa da Floresta Contra Incêndios - DFCI) e nos instrumentos de gestão do território florestal (Planos DFCI, PROF). A metodologia de recolha de informação empírica correspondeu à implementação de inquéritos por entrevista semiestruturados, incluindo questões fechadas, com avaliação quantitativa, e questões abertas. Foram realizadas 28 entrevistas entre agentes nacionais e regionais com responsabilidades na área florestal e na gestão pós-fogo, e agentes locais (promotores e executores) responsáveis por projetos financiados no âmbito da sub-ação 2.3.2.1. – recuperação do potencial produtivo - do PRODER e aos representantes dos municípios onde estão localizados os casos de estudo. Os resultados demonstram, que cerca de metade dos agentes entrevistados desconhece ou não sabe qual é a importância que a Lei de Bases da Política Florestal e a Estratégia Nacional para as Florestas atribuem à gestão pós-fogo, assim como não conhecem a reforma florestal em curso. 85% dos agentes consideram que a gestão pós-fogo, enquanto componente da DFCI, não é muito valorizada (numa escala de 0 a 4, em que zero, é importância baixa, e quatro, é importância alta os resultados variam entre 2 e 0).

Palavras-chave

Gestão pós-fogo; Políticas; Instrumentos de gestão do território; Setor florestal

A resistência das comunidades em torno dos baldios: Um bem comunitário historicamente disputado por privados, municípios e Estado

Cardoso, António. CICS.Nova.Uminho – IPVC. amfc2008@gmail.com

Barros, Goretti. ESA – IPVC. mariagorettibarroshotmail.com

Matias, Carlos. Comissão da Agricultura na AR. carlos-matias@sapo.pt

Resumo

Os baldios, constituindo uma base complementar do torrão familiar, mas imprescindível de sobrevivência das economias camponesas, particularmente nas zonas do interior, tornou-se igualmente, ao longo dos tempos, uma questão fraturante e razão de disputas não só internas em torno da sua apropriação privada de terras comunitárias, como de conflitos com o Estado e os municípios ciosos pela posse das terras comunais dos povos que foram resistindo de várias formas. Este texto procurará, primeiramente, ainda que de modo diferenciado, mas sintético, dar conta desta questão que atravessou vários tipos de regime, em várias épocas, com ênfase no liberalismo, passando pela I República, até ao Estado Novo, durante o qual se despoletaram algumas situações críticas bem ilustradas no romance de Aquilino Ribeiro. Posteriormente, dar-se-á conta de diversas vicissitudes do problema desde o 25 de Abril de 1974, quer nos confrontos no terreno entre os diversos atores sociais e políticos no seio das comunidades sobre o acesso, posse e fruição dos baldios, quer nas formas de gestão destes e relações dos compartes com os municípios e sobretudo o Estado central. Não obstante a consagração constitucional dos baldios como propriedade das comunidades locais, nomeadamente dos seus compartes (cf. art 82 da CRP), na prática tem-se assistido a tentativas de ‘assalto’ a esses direitos comunitários por parte de privados, municípios e Estado. Finalmente, será focalizada a análise na legislação mais recentemente produzida na Assembleia da República por iniciativa do BE e do PCP e a colaboração construtiva do PS, seus antecedentes e impactos socioeconómicos e políticos, assim como o seu contributo não só para a sobrevivência das unidades familiares e das respetivas comunidades, como do seu papel no desenvolvimento rural e no reforço da biodiversidade biológica na fauna e flora e, em última instância, a sustentabilidade de ecossistemas rurais, nomeadamente agrícolas e florestais.

Palavras-chave

Baldios; Comunidades rurais; Economia camponesa; Portugal

Propriedade comunitária e prevenção de incêndios florestais: iniciativas de ação coletiva no noroeste da Península Ibérica

Rodríguez, Damián Copena. Universidade de Vigo – Grupo de Investigación en Economía Ecológica, Agroecología e Historia. decopena@uvigo.es

Fernández, Xavier Simón. Universidade de Vigo – Grupo de Investigación en Economía Ecológica, Agroecología e Historia. xsimon@uvigo.es

Resumo

A desapareção progressiva do sistema agrário tradicional, a perda de população nas áreas rurais e o avanço no modelo de florestação massiva com monoculturas de espécies alóctones provocou que na atualidade os incêndios florestais sejam um dos grandes problemas ambientais dos espaços rurais do noroeste da Península Ibérica. Assim, acontecimentos como os que tiveram lugar este verão, com incêndios às portas das casas e com pessoas falecidas, tornam necessário a análise de iniciativas que favoreçam a prevenção dos incêndios florestais. Por outra banda, a constatação da existência de um regime de propriedade das áreas florestais onde não há quase propriedade pública e onde existe muita propriedade privada minifundiária e onde a propriedade comunitária é também relevante, faz necessário prestar atenção às iniciativas específicas desenvolvidas por parte dos proprietários dos terrenos florestais. Neste contexto complexo o presente trabalho analisa várias iniciativas vinculadas com a ação coletiva na floresta cuja lógica principal esteja vinculada com a prevenção de incêndios florestais. Estas experiências autogeridas estão a ser desenvolvidas a partir de ferramentas de cooperação e de gestão comunitária da terra nas áreas florestais da Galiza por parte dos proprietários comunitários ou por parte dos proprietários privados. Para poder desenvolver o trabalho de investigação empregaram-se diferentes metodologias, destacando a utilização de ferramentas vinculadas com as metodologias participativas, como as visitas de campo às iniciativas de ação coletiva e a realização de questionários semiestruturados. Como resultados da pesquisa, o trabalho identifica, caracteriza e analisa várias iniciativas de ação coletiva na floresta galega onde a lógica camponesa dos proprietários rurais prioriza a luta contra os incêndios florestais em relação com benefícios a curto prazo e com as praxes economicistas convencionais. Os resultados do trabalho podem ser de utilidade para o desenho das futuras políticas públicas de prevenção e luta contra os incêndios florestais.

Palavras-chave

Ação coletiva; Propriedade comunitária; Incêndios florestais; Galiza

Modelos de gestão florestal sustentável baseados na análise espacial multicritério

Quinta-Nova, Luís. IPCB – ESA – CERNAS. lnova@ipcb.pt

Alegria, Cristina. IPCB – ESA – CERNAS. crisalegria@ipcb.pt

Roque, Natália. IPCB – ESA – CERNAS. nroque@ipcb.pt

Albuquerque, Teresa. IPCB – ESA – CERNAS. teresal@ipcb.pt

Navalho, Isabel. IPCB – ESA – CERNAS. isabel.navalho@ipcb.pt

Fernandez, Paulo. IPCB – ESA – CERNAS. palex@ipcb.pt

Resumo

Portugal é um país com forte vocação florestal, sendo que a floresta tem um papel primordial quer do ponto de vista social quer económico. Dada a sua importância é necessária uma gestão sustentável da mesma através de administração e uso a um ritmo que mantenham a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e potencialidades para satisfazer funções ecológicas, económicas e sociais relevantes, a um nível local e nacional, sem prejuízo de outros ecossistemas. As principais tendências de mudança da ocupação do solo em Portugal continental nas últimas duas décadas resultam da ação dos incêndios florestais e ainda do crescente abandono de territórios agrícolas. Pretende-se apresentar o trabalho de investigação que tem sido desenvolvido na ESA-IPCB com o intuito de propor novos modelos de gestão dos territórios de matriz florestal, introduzindo uma maior diversidade estrutural na paisagem através da promoção de mosaicos de espécies, nomeadamente reconvertendo áreas para povoamentos mistos de resinosas e folhosas. Para o efeito, o ordenamento dos espaços de vocação florestal deve se basear numa perspetiva de multifuncionalidade que integre diferentes funções, designadamente funções de produção, de proteção, de conservação e de recreio, permitindo a definição de modelos de silvicultura sustentáveis para cada unidade espacial face à sua aptidão dominante. Estas metodologias baseadas na análise multicritério permitem produzir cartografia de suporte à decisão no planeamento integrado da paisagem, quer no âmbito dos planos de ordenamento florestal, quer à escala dos planos de gestão florestal.

Palavras-chave

Análise Multicritério; Aptidão florestal; Multifuncionalidade; Ordenamento florestal; Sistemas de Informação Geográfica

A homogeneização da paisagem e o risco fenológico de incêndio: Padrões de propagação dos grandes incêndios florestais

*Oliveira, Emanuel. Universidade de Santiago de Compostela.
emanuelrenato.sousadeoliveira@rai.usc.es*

(Comunicação apresentada na forma de *Poster*)

Resumo

O paradigma dos incêndios florestais está a sofrer uma mudança que se manifesta em incêndios cada vez mais extensos e recorrentes, assim como mais severos. Esta recorrência também, cada vez mais frequente, tem alterado significativamente os regimes de incêndios existentes (Gómez I. et al, 2012; Ferreira-Leite F. et al, 2016). Um dos principais fatores do aumento da dimensão dos incêndios é, sem dúvida alguma, a disponibilidade e suscetibilidade do combustível florestal e este incremento é tão grande como a área ocupada por um mesmo modelo de combustível uniforme que se encontre em condições de alimentar um incêndio de alta intensidade e severidade, cujo comportamento do fogo durante o desenvolvimento do incêndio pode ser mantido praticamente sem alterações significativas. O problema dos grandes incêndios (GIF's) recorrentes encontra-se na sua dupla ação, por um lado, o efeito direto sobre a paisagem, causando danos graves e prejuízos e por outro lado, causam a homogeneização da paisagem e dos modelos de combustível que a compõem. Este efeito dos GIF's como homogeneizador da paisagem e como evoluiu e como condicionou a paisagem não se encontra estudado. A generalidade das investigações centrou-se principalmente sobre a influência da homogeneização da paisagem nos GIF's. Atualmente, temos uma compreensão mais aprofundada do risco de incêndios florestais, especialmente sobre o risco espacial e risco climático. No entanto, não se tem em consideração o risco fenológico dos diversos modelos de combustível, ou seja, não se tem em consideração quando os diferentes combustíveis estão disponíveis para arder com o máximo de inflamabilidade. A série histórica dos índices de vegetação proporcionam informação muito útil para conhecer o estado normal da vegetação e identificar as áreas que se desviam do comportamento normal (Pla M. et al, 2010, Betancourt Sepúlveda J. I. et al, 2011). Esta investigação procura respostas quanto aos efeitos da homogeneização da paisagem e como o estado fenológico do combustível são determinantes na dimensão e severidade de grandes incêndios recorrentes e como estes determinam essa homogeneização.

Palavras-chave

Paisagem; Incêndios florestais; Fogo; Combustíveis florestais

Geoforest: A defesa da floresta com recurso a SIG colaborativo

Alves, Pedro. Associação Florestal Entre o Douro e o Tâmega. pedro@maisfloresta.com

Barreira, Edgar. ESRI Portugal – Sist. Informação Geográfica, S.A. edgar.barreira@esri-portugal.pt

Resumo

Face à complexidade com que a floresta se revestiu nos últimos anos, o acesso à informação passou a desempenhar um papel fundamental no correto ordenamento e gestão dos espaços florestais. Uma gestão florestal sustentável implica o conhecimento do território e dos seus recursos, calculando as suas potencialidades assim como as suas debilidades e efetuando um correto planeamento das operações. Neste campo os SIG vieram revolucionar a forma como os gestores florestais passaram a gerir as suas propriedades e a atividade florestal. Foi assente nesta visão que a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, com o apoio da Esri Portugal, lançou em 2017 o projeto-piloto GeoForest. Trata-se de uma plataforma colaborativa para a visualização e exploração de informação geográfica relativa aos espaços florestais. Este projeto pretende criar verdadeiras Comunidades Florestais Inteligentes, promovendo a partilha de informação e a colaboração no sector florestal. Um dos principais motivos que levaram ao desenvolvimento deste projeto foi a necessidade de concentrar numa única plataforma um vasto conjunto de informação, referente aos espaços florestais, que se encontrava dispersa ou inacessível. Com a sua utilização é possível aceder a esta informação em tempo real, em qualquer lugar e através de vários dispositivos, funcionando como uma ferramenta de apoio à decisão nas diversas ações de gestão florestal, assim como na gestão operacional dos incêndios florestais. Os principais destinatários são as autarquias e respetivas comissões municipais de defesa da floresta. O GeoForest iniciou o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios de 2017, com a promoção de aplicações dedicadas para a visualização de dados geográficos referente aos espaços florestais, focadas em cinco âmbitos base: Colaboração, Compromisso, Consciência, Análise Espacial e Mobilidade. A experiência da iniciativa no Verão de 2017 permitiu o levantamento de melhorias que serão aplicadas na próxima época de incêndios.

Palavras-chave

Organizações de Produtores Florestais; Defesa da Floresta Contra Incêndios; Operações; ArcGIS; Gestão florestal

Perceptions of Portuguese forest ecosystem experts on Landscape Fuel Management

Pinheiro, Ana Martins. Forest Research Centre, School of Agriculture, Lisbon University. anamartinspinheiro@isa.ulisboa.pt

Canadas, Maria João. Forest Research Centre, School of Agriculture, Lisbon University. mjcanadas@isa.ulisboa.pt

Santos, José Lima. Forest Research Centre, School of Agriculture, Lisbon University. jlsantos@isa.ulisboa.pt

Resumo

Wildfires have become a major socio-ecological challenge in Portugal and a symptom of unsustainable development, dramatically reflected on rural areas. It's a major societal endeavor involving multiple actors and stakeholders, at multiple scales, with multiple rationalities and types of knowledge systems. Forest Ecosystem Experts are at the interface between the local actors and the surrounding planning authority levels, on one hand influencing and being influenced by their social context(s), and, on the other hand, also interacting among each other, co-producing relevant knowledge. We aim to explore these actors' perceptions of technical solutions to reduce wildfire susceptibility in the most fire prone Portuguese Region. We have conducted an online survey during June/August of 2017 and assessed the perception and views of professionals with different backgrounds and organizations about the expected effectiveness of different fire prevention measures, and also the environmental effect and economic impact on small owners in the Portuguese Centre/North Region. Then, we performed a Cluster analysis on our sample of 221 respondents grouping them by their academic background, their workplace and time of experience. We have found 6 socio-professional clusters sharing common preferences on increasing the area of native autochthonous broadleaves, using silvopastoralism for fuel control, and incorporating biomass waste on the soil. However, local forest professionals working on forest owner organizations displayed distinct opinions from the other groups, considering fuel breaks, prescribed burning and the use of heavy machinery, to be more effective measures, nonetheless representing unbearable costs for small forest owners. Overall, we find that the opinions regarding fuel isolation, land cover conversion, and fuel management strategies to achieve horizontal and vertical heterogeneity at the landscape level are dependent on the academic background and experience of the working professionals, each one bringing relevant knowledge to the decision-making process.

Palavras-chave

Landscape management; Forest Ecosystem; Expert Perceptions; Wildfire Susceptibility

Desafios e utopias da re-invasão por plantas exóticas em áreas ardidas

Cordeiro, Bruna. Centro de Ecologia Funcional. bc2159@hotmail.com

Alves, Luiz. CEGOT. luizalves90@hotmail.com

Marchante, Hélia. Centro de Ecologia Funcional – ESAC. hmarchante@gmail.com

Marchante, Elizabete. Centro de Ecologia Funcional. elizabete.marchante@gmail.com

Resumo

Portugal é um país com um elevado número de incêndios rurais o que resulta, em alguns anos, em áreas ardidas de grandes dimensões. A existência de extensas manchas contínuas de monoculturas florestais e de matos, as atividades pastoris que persistem e o abandono dos territórios pelas populações muito têm contribuído para o aumento da área ardida, especialmente nos concelhos do interior de Portugal Continental. Após um incêndio, é necessária a recuperação destas áreas tendo em consideração aspetos a nível ambiental, económico e social, principalmente após a ocorrência de incêndios de grandes dimensões, como os que sucederam em 2017. Um dos maiores problemas na recuperação das áreas ardidas é a regeneração de plantas exóticas invasoras, em particular espécies pirófitas, como as acácias e as háqueas. Além de promoverem a degradação de ecossistemas e habitats, estas espécies causam problemas a nível económico e social, com repercussões sobretudo na produção agrícola e florestal. Na gestão dos problemas causados por estas espécies é crucial o envolvimento de diferentes stakeholders, incluindo a participação de cidadãos quer como voluntários em ações de controlo, quer como participantes em atividades de ciência-cidadã. Neste contexto, foram definidas duas áreas, previamente invadidas por mimosa (*Acacia dealbata*) e háquea-picante (*Hakea sericea*), na Mata do Sobral, concelho da Lousã, devastada por um incêndio de grandes dimensões a 15 de outubro de 2017. Nas duas áreas, está a acompanhar-se a evolução (crescimento e densidade) das duas espécies invasoras de forma a propor as estratégias de gestão mais adequadas, incluindo a participação de cidadãos. Os resultados obtidos serão apresentados e discutidas as propostas de gestão.

Palavras-chave

Incêndios rurais; Plantas invasoras; Gestão

Tema 3. O rural depois do fogo: utopias e desafios

A floresta do centro de Portugal num contexto de alterações climáticas: como tornar a floresta e as comunidades rurais mais resilientes

Ferreira, António José Dinis. IPC – ESAC – CERNAS. aferreira@esac.pt

Sande-Silva, Joaquim. IPC – ESAC – CERNAS. jss@esac.pt

Rodrigues, David. IPC – ESAC. drodrigues@esac.pt

Gomes, Filomena. IPC – ESAC – CERNAS. fgomes@esac.pt

Amaral, Pedro Bingre. IPC – ESAC. bingre@esac.pt

Leitão, Inês Amorim. IPC – ESAC – CERNAS. ines.leitao@esac.pt

Pinto, Luís Miguel Valença. IPC – ESAC – CERNAS. lmpinto@esac.pt

Boulet, Anne Karine. IPC – ESAC – CERNAS. anne.karine@esac.pt

Monteiro, Ana. ana_monteiro96@hotmail.com

Ferreira, Carla Sofia Santos. IPC – ESAC – CERNAS. cferreira@esac.pt

Resumo

A dolorosa experiência da época de incêndios de 2017 em Portugal, com as 112 mortes registadas, todas na Região Centro e os cerca de 500.000 ha de área queimada, maioritariamente na mesma região, trouxeram de forma dramática para a atualidade a questão das alterações climáticas, que se tornaram uma evidência, e exigem medidas de mitigação e adaptação, se queremos que não ocorram mais mortes e que os custos dos seus impactos se mantenham baixos, sem causar grandes perturbações ao nível da estrutura socioeconómica, das infraestruturas e do nível de vida das populações, bem assim como sobre os ecossistemas naturais. Na base de qualquer estratégia coerente e eficaz, está a compreensão dos mecanismos que podem desencadear alterações climáticas súbitas e os impactos que estas possam ter neste caso sobre a floresta Portuguesa. Se a nível da temperatura existem ainda enormes incertezas quanto ao sentido das alterações climáticas, essas incertezas são ainda maiores no que respeita à queda de precipitação e à disponibilidade de água. A única certeza que temos é que uma atmosfera mais quente, com maior quantidade de água, os episódios extremos tendem a ser mais intensos. Apresentam-se alguns casos de estudo demonstrativos dos problemas que podem ocorrer em resultado de uma alteração significativa do regime de precipitação em áreas florestais, e discute-se a necessidade de repensar a floresta para enfrentar os novos desafios, em termos de maior incidência de incêndios florestais, enquanto regulador dos processos hidrológicos e enquanto sumidouro de carbono. Discute-se a estratégia a seguir num contexto em que os episódios meteorológicos extremos resultam na queima de mais de 200000 ha em cerca de dois dias (o que se tivesse ocorrido durante uma única época de incêndios seria considerado um mau ano, acima da média)

Palavras-chave

Alterações climáticas; Ordenamento florestal; Novo paradigma; Soluções

O futuro dos incêndios rurais em Portugal: será possível construir uma sociedade resiliente a eventos extremos?

Tedim, Fantina. FLUP – Departamento de Geografia / CEGOT / Charles Darwin University. fedim@letras.up.pt

Resumo

Os incêndios rurais não têm de ocorrer em Portugal com a frequência, intensidade e severidade que têm manifestado, pois não são uma inevitabilidade ecológica (as ignições de causa natural são < 1%), mas, fundamentalmente, um problema de natureza social. Elevadas temperaturas e ventos fortes não originam uma ignição, são apenas condições que facilitam o seu desenvolvimento; as florestas não entram em autocombustão, mas a sua composição e continuidade facilita a propagação e influência a intensidade do fogo e a dimensão do perímetro afetado. Apenas alguns dos incêndios se transformam em eventos extremos, mas mesmo estes não têm necessariamente de originar desastres pois não há uma relação linear entre a magnitude de um incêndio e os seus impactes na sociedade e no ambiente. Do ano de 2017 ficam para sempre os números da tragédia. Mas não devemos ignorar os “casos de sucesso” que semearam a paisagem negra de “pequenas ilhas verdes” de esperança e que nos apontam claramente o caminho a seguir. Importa é aprender as lições. Nesta comunicação demonstra-se que mesmo num contexto de alterações climáticas em que os incêndios extremos serão mais frequentes, o desafio da sociedade portuguesa é aprender a “coexistir com o fogo”. Este enfoque implica, nomeadamente: i) compreender os incêndios rurais como um fenómeno socio-ecológico complexo; ii) adotar uma perspetiva transdisciplinar na compreensão do(s) problema(s) do(s) incêndio(s); iii) reduzir a vulnerabilidade das comunidades rurais; iv) integrar a prevenção dos incêndios na dinâmica de desenvolvimento rural; e v) adotar um novo modelo de governança com maior capacitação das comunidades locais. É possível construir uma sociedade resiliente aos incêndios, mas é preciso ultrapassar mitos, lugares-comuns e interesses económicos e ideológicos que reforçaram o modelo de gestão dos incêndios que se foi desenvolvendo nas últimas décadas e se radicou, sem fundamentação científica, na cultura governativa, das organizações e da sociedade.

Palavras-chave

Coexistir; Comunidades; Incêndios extremos; Resiliência; Vulnerabilidade

Novos modelos de paisagem para o minifúndio português mais resilientes aos fogos rurais. Utopia ou necessidade?

Moreira, Manuel Belo. CIRIEC. mbelomoreira@isa.ulisboa.pt

Resumo

O artigo tem como suporte teórico as achegas de Elinor Ostrom, sobre coprodução e a refutação do “tragédia dos comuns, e na leitura de Schumpeter , especialmente no que respeita ao empreendedorismo focado na inovação e na função empresarial e não a vulgata neoliberal do empreendedor iluminado.

Parte-se da constatação da inviabilidade económica e social da atual floresta do minifúndio, resultado das profundas mudanças da paisagem rural nas últimas décadas que a torna cada vez mais fragilizada devido aos inevitáveis e recorrentes fogos rurais. Inviabilidade económica e social mais evidente se as externalidades resultantes da situação atual forem tidas em conta.

Justifica-se assim pensar em estratégias que permitam ensaiar e por em prática novos modelos de uso do solo, melhor adaptados às condições edafoclimáticas e tendo em consideração os previsíveis efeitos das alterações climáticas. O texto trata de delinear uma estratégia que passa pela mobilização dos interessados e através da ação do Estado, das autarquias locais sublinhando o papel que pode ser cometido à Economia Social.

Palavras-chave

Floresta; Minifúndio; Inovação; Economia social

Territorialização e Digitalização de Políticas Públicas do Território: As duas faces do problema

Covas, António. Faculdade de Economia da Universidade do Algarve – CIEU. acovas@ualg.pt

Covas, Maria das Mercês. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Faculdade do Algarve – CIEU. mcovas@ualg.pt

Resumo

Agora que, por causa dos incêndios, se volta a falar de territórios desfavorecidos do interior e de programas de coesão territorial, cremos que se reveste de alguma pertinência abordar a relação, algo equívoca e contraditória, entre territorialização e digitalização das políticas de coesão territorial. Num primeiro momento, começamos por dizer que a digitalização pode segregar e excluir muitas iniciativas e empreendimentos locais devido ao rigor formal das suas categorias, algoritmos e templates. Porém, num segundo momento, dizemos que a digitalização acrescenta “realidades e recursos” à realidade já existente e que podemos viajar no tempo para visitar o passado e o futuro dos nossos territórios. No trânsito das gerações, este é o balanço que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) podem aportar aos territórios inteligentes e criativos (TIC) do futuro. Das TIC aos TIC, eis o desafio.

Palavras-chave

Recursos intangíveis; Territórios inteligentes e criativos; Ecossistemas inteligentes; Conteúdos digitais; Realidade tridimensional (3D); 2ª ruralidade

Soito da Ruiva (Serra do Açor) – A gestão de condomínio de aldeia

Costa, Álvaro. FEUP. afcosta@fe.up.pt

Pinto, Anita. FEUP. mppu12003@fe.up.pt

Resumo

A aldeia de Soito da Ruiva assistiu nas últimas décadas ao êxodo rural e ao envelhecimento da população, que se consubstanciaram no desaparecimento progressivo das atividades tradicionais, como a agricultura e a silvo-pastorícia, onde apenas os socalcos e os moinhos permanecem como vestígio desse passado. Depois 2005 e 2006, os fogos rurais voltaram à aldeia a 15 de outubro, consequência e razão de ser das alterações sociais que se verificam, na medida que acentuam a fragmentação do espaço e das atividades sociais e conduzem a pouca população permanente à perda de rendimentos complementares. Face à gravidade da atual realidade a aldeia tomou a iniciativa em mãos próprias e reuniu a sua comunidade em assembleia, onde aprovou um plano estratégico de desenvolvimento que integra as componentes sociais, económicas e ambientais, e estabeleceu o compromisso de concretização assente no objetivo de religar todos os fragmentos dispersos, onde a ação coletiva e a cooperação assumem o papel principal. A primeira ação é trabalhar a paisagem e recuperar a identidade e o testemunho do passado agrícola refletido nos socalcos. A segunda é definir o programa de gestão conjunta sob o objetivo de proteger a aldeia e os seus recursos estratégicos. A terceira ação tem por base um conjunto de intervenções de valorização e preservação patrimonial, espaço público e edificado, de forma a potenciar a atratividade turística e garantir a minimização dos riscos e das externalidades com que a aldeia se confronta devido à sua territorialidade. A partir do reconhecimento dos valores e recursos endógenos a aldeia de Soito da Ruiva é capaz de direcionar o investimento, público e privado, salvaguardando os recursos estratégicos, numa perspetiva de criação de valor e dinamização das atividades económicas, envolvendo os agentes e a população na discussão e na ação, como se da gestão de um condomínio se tratasse.

Palavras-chave

Participação pública; Comunidade; Gestão; Condomínio

Aldeia precavida, aldeia protegida

Silva, Ana Gonçalves. ONG Soroptimist International. anajacome@hotmail.com

Resumo

Pretende-se dar a conhecer um projeto em andamento da ONG Soroptimist International Lisboa Fundador, um projeto solidário e real a decorrer desde 2017 e a prolongar-se até 2019, para a Aldeia de Real no concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu. Este projeto tem sido desenvolvido com a colaboração preciosa da Associação Cultural, Recreativa e Social de Real, prevendo-se duas ações, a primeira ação concretiza a aquisição de um "KIT de primeira intervenção das aldeias face aos incêndios rurais", a disponibilizar no próximo mês de abril, pronto a entrar ao serviço da aldeia de Real e aldeias vizinhas, a segunda ação a desenvolver a partir de outubro de 2018 alargando a outros concelhos próximos, interligando território e mata, pedagogia e experimentação, focando a sustentabilidade e resiliência do lugar.

Palavras-chave

KIT de primeira intervenção; Aldeias em articulação; Sustentabilidade; Resiliência; Pedagogia; Experimentação criativa

Sementes do futuro para os territórios de fogo

Neves, António Oliveira. Oliveira das Neves - Consultoria, Estudos e Projetos, Lda.
aoneves@oneves.pt

Galante, Miguel. Consultor

Resumo

A revitalização social e económica dos territórios seriamente afetados pelos incêndios florestais, e onde o fogo assume um fator condicionador crítico do desenvolvimento e da sustentabilidade das políticas públicas, deve assentar no restabelecimento gradual de potenciais produtivos, combinando iniciativa económica e elementos de conhecimento e inovação. Tendo por referência este *leit motiv*, a comunicação propõe-se valorizar: i) os contributos das pequenas fileiras florestais para o desenvolvimento dos territórios, numa abordagem integrada do desenvolvimento rural, conforme abordagem da Avaliação da Estratégia Nacional para as Florestas (IESE, 2013); ii) a importância das Organizações de Produtores e outras Associações Florestais no fomento dos modelos de gestão agrupada (ZIF) e na transferência de conhecimento técnico para os pequenos produtores; iii) a necessidade de uma mudança do paradigma, na abordagem do próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais (post 2020), que atribua prioridade a soluções de integração entre instrumentos de política da Coesão e instrumentos de política de desenvolvimento rural, ajustadas à natureza dos ativos e atores destes territórios, tendo presente as várias potencialidades do mundo rural.

Palavras-chave

Pequenas fileiras florestais; Transferência de conhecimento técnico; Programação dos Fundos Estruturais

Paisagens rurais – desejos e possibilidades, num interior de desafios

*Lopes, Domingos. Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista / UTAD.
dlopes@utad.pt*

Carapinha, Aurora. CHAIA / EU.

Amaro, Helena. MDT / CEAU / FAUP

Resumo

As dinâmicas socioeconómicas dos espaços do (dito) interior do país têm tido a evolução que é conhecida e que é preocupante. As opções da vida conduzem a fluxos massivos das populações para os grandes centros urbanos, em especial, o litoral, desde o ensino à procura do emprego e dos cuidados de saúde. Por isto, a desproteção e consequente esvaziamento dos espaços rurais de Portugal merece-nos particular atenção. A catástrofe dos incêndios de 2017, em junho e outubro, ambos fora da dita época, num contexto de enorme sofrimento e vastíssimos prejuízos humanos e económicos, veio reposicionar este tema-âncora nas reflexões do país. Com o PNPOT prestes a entrar em discussão pública, que visão terá o país de si mesmo, depois desta catástrofe? Que resposta dará a política pública de ordenamento de território a esta questão? E teremos, finalmente, uma política pública de paisagem? Ter-se-á a questão da paisagem rural, antes realidade distante, convertido em assunto do cidadão comum, por força dos acontecimentos? Que perplexidades assomam a quem nasceu, cresceu, trabalhou ou tem as suas raízes num interior mais distante, por um lado, e por outro, tem uma formação académica que impõe a reflexão quotidiana sobre estas questões? Que fatores e que contextos levaram à configuração da paisagem rural atual? Explicam aquele semelhante grau de catástrofe? E que medidas podem ser adotadas para inverter as tendências identificadas? E que janelas de esperança se abrem?

Palavras-chave

Ruralidade; Futuro; Desafios

A resinagem: ferramenta para a viabilização do pinhal

Palma, Amélia. INIAV. avpalma@hotmail.com

Resumo

Durante décadas a resinagem foi uma atividade corrente e prestigiada, e também uma fonte de rendimento para resineiros e proprietários do pinhal interior. Por razões diversas, a que não é alheio o abandono do espaço rural e a legítima procura, pelas populações, de melhores condições de vida, foi esta situação interrompida e praticamente extinta a atividade, não só em Portugal como em toda a península ibérica. Atualmente, as importações de resina natural europeias superam as 135.000 ton/ano, num cenário de aprovisionamento mundial irregular, inseguro e com preços em alta. O desafio consiste em converter parte substancial da floresta do sudoeste europeu num sistema de produção de resina estável, com base na planificação territorial. Na presente comunicação discutem-se caminhos a seguir para viabilizar o pinhal através da ativação da resinagem. Dá-se conta da abordagem e linhas orientadoras do recentemente aprovado projeto SustForest Plus que tem por objetivos principais: satisfazer a procura de resinas naturais da indústria, gerar emprego estável e de qualidade nas zonas rurais dos países do espaço SUDOE e valorizar comercial e tecnologicamente a resina natural produzida neste espaço, como recurso sustentável social, económica e ambientalmente.

Palavras-chave

Resinagem; Pinhal interior; Resinas naturais; Espaço Sudoeste

Pinhal do rei futuro ou utopia?

Lavos, Cristiana. Membro Comissão Popular “O Pinhal é Nosso”. cristex7@gmail.com

Resumo

Pretende-se com esta comunicação mostrar a importância que o Pinhal de Leiria teve ao longo dos séculos para as comunidades rurais e para a população em geral dos Concelhos da Marinha Grande e de Leiria. Para isso, faremos uma pequena resenha histórica e tentaremos salientar os benefícios ambientais, económicos e sociais que a Mata Nacional de Leiria prestou ao longo do tempo, tentando analisar o que aconteceu a esses benefícios após o contínuo desmantelamento dos serviços florestais. É necessário apreender Lições com o passado em relação à boa gestão e multifuncionalidade do Pinhal do Rei, tendo também em linha de conta o que poderia ser melhorado. É preciso compreender o passado e o presente para projetar o futuro. Sublinhar a importância de cruzar toda a informação com as necessidades atuais da população e as potencialidades da paisagem e biodiversidade para começarmos a projetar uma visão sustentável para o futuro. Por tudo isto, parece-nos de maior importância a proteção e promoção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a ela associados. Torna-se imprescindível a implementação de uma estratégia institucional de proteção e gestão da Mata Nacional, que deverá necessariamente ser construída com a participação efetiva e qualificada da sociedade civil. Cientes de que a implementação de um quadro legal e institucional eficaz representará uma das condições favoráveis e essenciais para o fortalecimento das capacidades de gestão ambiental e a conservação da biodiversidade, consideramos que nesta nova projeção deveremos ter também bem presente as alterações climáticas e as consequências das mesmas na futura gestão de todo o património ambiental e eco cultural do Pinhal do Rei. Tendo também presente a mudança do paradigma de governança, nomeadamente na participação mais ativa da população, e sendo esta exposição feita em nome da Comissão Popular “O Pinhal é Nosso” pretende-se explorar a importância da participação cívica no reerguer das cinzas, o Pinhal, que faz parte das vidas da população que representa, e na futura gestão sustentável e democrática daquele que já foi em tempos uma das maiores joias da coroa, e que para a população local era o que de mais valioso tinham na região. Sendo a participação cívica um dos pilares desta comissão, pretende-se dar a conhecer a génese desta comissão, desafios encontrados, vitórias conquistadas e ações que se têm desenvolvido e que estão planeadas. Também dar a conhecer a sua visão para o futuro do Pinhal de Leiria, abordando o papel fundamental da sociedade civil no pós-incêndio, tomando como exemplo o papel das comunidades locais no Pinhal ao longo do tempo.

Palavras-chave

Pinhal de Leiria; Comunidades Rurais; Visão Sustentável; Futuro; Participação Cívica; Desafios